# O Uso do Conhecimento Pelas Instituições

*GabrielAugusto Bozelli da Silva (UFABC)*
*Ramón García Fernández (UFABC)*

**Resumo:** O presente artigo busca, através de revisão e comparação bibliográfica, compreender as dinâmicas do gerenciamento de informação, e seus impactos na economia; o argumento produzido trata-se de um desdobramento crítico a partir dos conceitos expostos por Friedrich Hayek em seu artigo "*The Use of Knowledge in Society*" (1945). Apresentamos as ideias da existência de diferenças qualitativas entre diferentes tipos de informações, bem como destacamos a diversidade de competências entre as instituições para o seu processamento. Ao longo do texto adotamos uma abordagem baseados no institucionalismo original, uma vez que julgamos tal escola de pensamento especialmente útil para compreensão da dinâmica dos objetos que pretendemos investigar, qual seja, a ação econômica de algumas instituições sociais.
**Palavras-Chave:** informação, Hayek, economia institucionalista original.

**Abstract:** This article seeks, through bibliographic review and comparison, to understand the dynamics of information management and its impacts on the economy; the argument produced is a critical unfolding of the concepts presented by Friedrich Hayek in his article "The Use of Knowledge in Society" (1945). We discuss the existence of qualitative differences between different types of information, as well as highlighting the diversity of competencies among institutions for its processing. Throughout the text, we adopt an approach based on original institutionalism, since we consider this school of thought especially useful for understanding the dynamics of the objects we intend to investigate, namely, the economic action of some social institutions.
**Keywords:** information, Hayek, original institutionalist economics.

**Artigo submetido à apreciação da Área 9: Economia Institucional Original**

# O Uso do Conhecimento Pelas Instituições

## Introdução

Este artigo se desenvolve ao longo de dez seções. Na primeira delas apresentamos as principais inquietações que motivaram nossa pesquisa, quais sejam, o desconforto manifesto tanto pelo economista socialista Paul Singer quanto pelo monetarista Milton Friedman ao falarem das limitações do Estado, no primeiro autor, e do mercado, no segundo, no desempenho de seus papéis de coordenação das atividades econômicas. Na segunda seção, exploramos nosso entendimento das instituições como *processadores de informação*, conceito baseado numa tentativa de expansão do argumento expresso pelo economista Friedrich Hayek (1945). Na terceira tratamos de introduzir conteúdo histórico e social para a categoria de "mercado", entendendo que a definição genérica de instituições, como apresentada na segunda seção, pode ser tanto melhor entendida quando enriquecida por uma análise histórica da instituição específica que se pretende investigar. Na quarta, após apresentar o conteúdo histórico relativo ao mercado, buscamos compreender de que forma este efetivamente realiza o processamento de informações, estudando quais informações ele é capaz de processar. Na quinta avançamos com os argumentos expostos na segunda seção, à ideia de olhar para as instituições como processadores de informação; acrescentamos uma definição/qualificação do conceito de "informação"; chamamos ali a atenção para a diferença qualitativa existente entre os diversos tipos de informação (categorizadas nos eixos "longo prazo-curto prazo" e "coletivas-individuais"), enfatizando como tais diferenças implicam que instituições com competências diversas são necessárias para o processamento de informações específicas. Na sexta, retomando a abordagem realizada na quarta seção, pretendemos agora entender quais as maneiras peculiares do Estado de processar informações, estudando quais tipos de informação ele possui competência para processar. Na sétima, a fim de esclarecer as ideias apresentadas nas seções anteriores, tomamos um exemplo concreto (a demanda social pelo cuidado de idosos) e explanamos o papel das diferentes instituições na solução deste problema. Na oitava nos dedicamos a estabelecer um diálogo entre os conceitos apresentados no artigo e algumas ideias da escola institucionalista original. A nona faz breve comentário relativo a considerações éticas sobre o modo de atuação das instituições. Por fim, na décima seção, são expostas as conclusões do estudo.

## 1- A tensão entre mercado e Estado

A controvérsia acerca de quais são, e quais deveriam ser, os papéis do Estado e do mercado em sociedades industriais ocupa lugar proeminente tanto dentro do mundo acadêmico quanto no debate público. Muitos autores, desde os utilitaristas mais pragmáticos até os socialistas e liberais mais apaixonados, abordam o tema e defendem suas posições com os mais variados argumentos; neste

texto, preferimos nos aproximar deste debate da maneira como ele se apresenta principalmente em textos do economista socialista Paul Singer e do economista monetarista Milton Friedman. Ambos os autores, reconhecidos defensores de suas respectivas posições, se mostram bastante cautelosos ao ponderarem sobre a participação das instituições do Estado e do mercado na vida social, especialmente quando refletem sobre os limites de suas instituições preferidas

Singer, em seu livro "Economia Socialista" (Singer, 2000) reflete sobre o colapso do socialismo no leste europeu e sobre as perspectivas da esquerda. O autor embasa boa parte de sua análise na obra crítica de János Kornai[1] para explicar o fenômeno da economia centralmente planificada de estilo soviético e escreve:

> No capitalismo atual, o mercado financeiro cumpre o papel que no "socialismo real" cabe à onipotente direção do plano. Como se viu na seção anterior, ela intervém na execução do plano sempre que a "fome de investimentos" ultrapassa a disponibilidade de produtos, condição quase permanente na economia da escassez. […] A principal diferença entre a regulação financeira no capitalismo e a regulação político-administrativa no "socialismo real" é que a primeira faz a economia oscilar entre fases de grande crescimento, em que os mercados tendem a ser "de vendedor" e a escassez de produtos se traduz em inflação aberta ou reprimida, e fases de crise e depressão ou recessão, em que os mercados voltam a ser "de comprador", há superprodução, desemprego em massa e crescimento nulo ou negativo. Já no planejamento geral, a economia fica o tempo todo na fase de alta, em que a escassez se reproduz ampliadamente e a produção e o investimento perdem cada vez mais eficiência (....) Parece claro que a economia socialista precisa encontrar um modo diferente de regular a economia, que seja democrático e participativo e pelo qual toda a sociedade possa manifestar suas preferências. Isso leva a crer que esse novo modo de regulação terá de ser explicitamente político, reconhecendo de partida que os cidadãos têm interesses, percepções e preferências diferentes e que o modo de regulação deve permitir o confronto e a negociação dessas diferenças com o fim explícito de produzir ou um consenso ou, se este for impossível, uma posição majoritária. (Singer, 2000, p. 36-8)

Singer, neste e noutros trechos da mesma obra, mostra-se bastante contrariado com a ideia da necessidade da existência de um mercado numa sociedade socialista, uma vez que, além da propriedade privada dos meios de produção, ele identifica também o mercado como um vetor de mal-estar a partir de sua ação produtora/reprodutora de desigualdades. Apesar dessa característica prejudicial, Singer destaca positivamente o mercado como meio das pessoas manifestarem suas preferências de maneira participativa.

[1] János Kornai (1928-2021) foi um economista húngaro conhecido por suas críticas ao modelo de socialismo real da Europa Oriental na segunda metade do Século XX. Destaca-se nesse sentido seu livro "O sistema socialista: a economia política do comunismo" (Kornai, 1992)

Constrangimento semelhante, ainda que em sentido inverso, pode ser constatado na obra "Capitalismo e Liberdade" (1977) de Milton Friedman, na qual podemos ler:

> Nossos princípios não fornecem uma linha clara e definida de demarcação quanto ao uso apropriado da ação governamental para realizar em conjunto o que é importante a cada um de nós realizar individualmente por meio da troca estritamente voluntária. Em cada caso particular em que se proponha a intervenção, devemos organizar uma folha de verificação, anotando separadamente as vantagens e desvantagens. Nossos princípios indicam-nos que itens devemos colocar num ou no outro lado, e nos dão alguns fundamentos quanto à importância que devemos dar a uns e outros. (Friedman, 2014, p. 28)

Em outro trecho, agora do livro "Livre Para Escolher" (1980), obra escrita por Friedman em coautoria com sua mulher, a também economista Rose Friedman e que se destinava, assim como a obra previamente citada, a divulgar suas ideias para o público geral, encontramos uma reflexão sobre as prescrições de Adam Smith para o modo de agir do Estado:

> A lição a ser tirada do mau uso do terceiro dever do governo, segundo Adam Smith, não é a de que sua intervenção nunca se justifique, mas a de que o ônus da prova deve ser de seus proponentes. Devemos desenvolver a prática de analisar tanto os benefícios quanto os custos das propostas de intervenção do governo e exigir uma justificativa muito clara a favor dos benefícios, em vista dos custos, antes de adotá-las. (Friedman & Friedman, 2017, p.62).

Nessa mesma obra, quando da discussão sobre a convivência do planejamento central e do mercado paralelo em países em que na altura vigorava o socialismo real, os autores afirmam:

> Assim como nenhuma sociedade funciona inteiramente sob o princípio do comando, nenhuma funciona inteiramente pela cooperação voluntária. Toda sociedade tem alguns elementos de comando. Estes tomam diversas formas. Podem ser tão simples e diretos como o serviço militar obrigatório ou a proibição de compra e venda de heroína ou ciclamatos, ou ordens judiciais a réus identificados para desistirem de ou executarem determinadas ações. Ou, no extremo oposto, podem ser tão sutis quanto a imposição de impostos elevados sobre cigarros para desestimular o fumo — uma sugestão, se não um comando, de alguns de nós para outros de nós. (....) Faz toda a diferença qual das combinações ocorre — se a troca voluntária é basicamente uma atividade clandestina que floresce por causa da rigidez de um elemento de comando dominante ou se a troca voluntária é o princípio dominante de organização, complementado a um grau maior ou menor por elementos de comando (Friedman e Friedman,2017, p.33).

Nas duas obras citadas Friedman constrói seu argumento básico de que a iniciativa privada seria, por definição, mais eficiente do que o Estado no fornecimento de bens e serviços; ele sustenta que a distinção qualitativa entre as esferas pública e privada é justamente que, ao passo que as relações que transcorrem na primeira têm caráter coercitivo/de controle, aquelas que se dão nesta última são de

natureza cooperativa/voluntária. O constrangimento para a perspectiva de Friedman está justamente em admitir que existem bens e serviços necessários para a vida em sociedade que só podem ser obtidos através da ação do Estado, ou seja do uso da força (a característica mais relevante do Estado em sua visão); entre eles podemos contar a infraestrutura pública, a segurança, a gestão da moeda etc.

O presente artigo busca, explicar alguns elementos da natureza das instituições, especialmente do mercado e do Estado, empreendendo um esforço também para situar historicamente tais instituições, bem como esclarecer alguns de seus aspectos menos óbvios. Nosso esforço está motivado pelo constrangimento manifesto pelos dois autores citados, mas também apontamos para a dificuldade geral do debate público e do acadêmico sobre a questão.

## 2- As instituições como processadoras de informações

Para entender o papel de Estado e de mercado, temos que lembrar que ambos são instituições. Dado que este conceito é central para a escola institucionalista original, nos aproximaremos dele da maneira como John Commons (1936) as compreende, a saber, como organizações coletivas que exercem a função de liberar, restringir e expandir a ação individual, conceituação que nos parece especialmente apropriada para o argumento que desenvolveremos a seguir.

Entre as muitas contribuições úteis para descrever o que são instituições, desde as mais generalistas às mais específicas, um elemento que nem sempre é destacado em muitas delas, mas que é contemplado pelo artigo "*The use of knowledge in society*" de Friederich Hayek (1945), é o entendimento de que as instituições (no argumento de Hayek, especificamente o mercado) operam como processadores de informação, sendo que a informação está dispersa na sociedade. Para Hayek a sociedade, entre outras coisas, se apresenta como um mecanismo produtor de "informações"; as mais relevantes dessas "informações", do ponto de vista econômico, referem-se ao conhecimento acerca de *quais bens devem ser produzidos*, *em qual quantidade* e *onde são requeridos*. Em outras palavras, a análise de Hayek entende a sociedade como um grande agregado das *demandas* dos indivíduos, e tais demandas/informações são processadas e atendidas pelo mercado. Dessa forma poderíamos representar a sociedade como um grande produtor de informações (inputs), que são processadas pelo mercado, que por sua vez produz preços (outputs); aqui, num primeiro momento, o mercado é descrito como uma instituição apartada das firmas, sendo as firmas responsáveis pela produção de mercadorias e o mercado pela elaboração dos preços[2]. A contextualização histórica de firmas e mercados será apresentada mais afrente, por enquanto as conclusões obtidas pela análise do artigo de Hayek são representadas no esquema a seguir.

[2] A distinção entre firma e mercado é confusa no artigo de Hayek. Esta divisão já tinha sido abordada por Ronald Coase (1937).




Hayek, no contexto de um ambiente acadêmico situado durante a Guerra Fria e pautado na oposição entre o socialismo real de tipo soviético e as economias capitalistas da Europa Ocidental, estabelece, a partir das premissas iniciais, dois modos possíveis para o processamento de informações: o *mercado* e o *planejamento central*. Para o austríaco, o sistema de mercado sempre seria superior a um sistema centralizado de processamento de informações; isso se justificaria ao considerarmos que o Estado deveria estabelecer uma autoridade oficial responsável por coletar e processar as informações, enquanto o mercado delega esta função aos agentes auto-interessados que desejam obter e processar informações a fim de auferirem ganhos. Isto é, Hayek entende que a coleta e processamento descentralizado de informações pelo mercado possui vantagens comparativas em relação à coleta e processamento centralizado de informações por um órgão de planejamento central.

No presente artigo aceitamos a ideia de que a sociedade é, entre outras coisas, um mecanismo de produção de informações, e também aceitamos que tanto o mercado quanto o planejamento central constituem modos diferentes de processar informações; mas argumentamos, expandindo o conceito de Hayek e superando seus limites, que de fato isso não é uma característica unicamente do mercado e/ou do planejamento central, mas que todas as instituições são em parte mecanismos de processamento de informação aos quais a sociedade eventualmente recorre para solução de diferentes tipos de problemas.

Assim sendo, partindo do entendimento da sociedade como um grande mecanismo de produção de informação e as diversas instituições como distintas maneiras de processar informação, o ponto de nosso artigo é o de argumentar que o processamento de certas informações (qualitativamente diferentes entre si) pode ser feito de maneira mais eficiente por diversos tipos de instituições. Entendendo daí a origem do constrangimento manifesto em Friedman e em Singer ao admitirem que suas respectivas "instituições favoritas" não são capazes de dar conta de todos os problemas sociais.

O propósito da argumentação até agora exposta é estabelecer os termos de uma discussão em que a sociedade funciona como um produtor de informação (inputs) e o mercado e demais instituições como processadores, com maior ou menor eficiência, de informações e geradores de outputs (respostas para as informações). Isso significa que *o que há em comum entre todas as instituições é que todas são processadores de informação*. Mais adiante pretendemos apresentar mais argumentos

para sustentar a ideia do mercado como uma entre as várias instituições existentes na sociedade capazes de processar informação; mas antes realizaremos breve contextualização histórica dos mercados.

**3-Uma conceituação de "mercado"**

A conceituação do que é o mercado dentro do estudo da economia varia significativamente. Autores pró-mercado tendem a fornecer definições generalistas e flexíveis, a partir de uma visão que atribui o caráter de relação de mercado a um grande número de interações humanas. Isso sustenta o argumento de que o mercado seria uma tendência/instituição inata ao ser humano, o que permite perceber uma visão a-histórica do seu papel. Apresentamos até o momento a definição de Hayek sobre o mercado, que apesar de bastante original, situa-se no campo de análise ortodoxo, uma definição apriorística, portanto ideal e desobrigada de qualquer compromisso com a história ou com o mundo real. Tal forma de conceituar as coisas costuma ser alvo de desconfiança de autores heterodoxos; para complementá-la apresentaremos brevemente o entendimento de Karl Polanyi sobre o mercado enquanto uma instituição social e histórica.

Karl Polanyi, em seu livro "A Grande Transformação" (2001), identifica o mercado como a *instituição que se manifesta através da elaboração de um espaço aonde bens e serviços são expostos de maneira impessoal pelos produtores aos compradores;* assim sendo, nem toda troca se pode classificar como uma relação de mercado. Polanyi ainda adiciona conteúdo histórico a essa definição, ao descrever como, contrário ao senso comum dos pais da ciência econômica que publicaram suas teses ainda no século XIX, o mercado não é uma simples consequência necessária da condição humana e de alguma propensão à troca inata, que permitiria assim uma divisão do trabalho. Polanyi identifica justamente que a produção é orientada por diferentes instituições de acordo com cada sociedade; desse modo, os artigos ofertados no mercado costumavam representar uma pequena parcela da produção da maioria das sociedades pré-capitalistas. Esses bens tampouco consistiam tipicamente (embora pudessem ser) em excedentes da produção para consumo próprio. Em alguns casos, esses bens eram produto do intercâmbio entre duas regiões, quando uma delas produzia determinados bens que outras eram incapazes de produzir. Em outros casos, os bens eram efetivamente produzidos com o objetivo de serem ofertados no mercado, como ocorria nas cidades europeias da Baixa Idade Média. Todavia, a comparação entre as formas dos mercados pré-capitalistas e os mercados modernos permitem a constatação de diferenças qualitativas/axiomáticas especialmente relevantes, entre elas a inexistência de concorrência entre produtores de um mesmo bem e, diferença ainda mais relevante, a inexistência da ideia de um mercado autorregulado.

A definição de mercado que será usada neste artigo, baseada na análise de Polanyi, pode então ser dada nos seguintes termos: o mercado é uma instituição que estabelece um espaço impessoal ao qual os mercadores se dirigem para ofertar publicamente de maneira irrestrita seus produtos, na intenção de encontrarem-se com potenciais compradores; estes, por sua vez, vão ao mercado com o objetivo de adquirirem bens, e o fazem conforme seu orçamento e o valor de uso que cada um desses bens é capaz de fornecer para o comprador. O espaço ocupado pelo mercado, embora em suas origens fosse em grande medida um espaço físico, representa agora um "espaço jurídico", um espaço no qual as trocas são garantidas por uma instituição acima do mercado, o Estado. Este fornece os mecanismos legais que possibilitam que as mais diversas trocas (envolvendo moedas diferentes, contratos de prestação de serviço com assimetria de informações, compras com pagamento parcelado no tempo etc.) se realizem e tenham a lei como fiadora.

Compreendemos que o entendimento das instituições em geral, e no caso específico do mercado, como processadoras de informações não é incompatível com a admissão da existência de sua natureza histórica. O "funcionamento ideal" de uma instituição enquanto processador de informação se expressa de acordo com os desdobramentos histórico de tal instituição. Mais à frente esclareceremos como, em função mesmo do desenvolvimento respectivo das instituições; cada instituição é dotada de competências diversas (possuem funções específicas) para lidar com informações qualitativamente diferentes. O conhecimento acerca da natureza histórica da instituição "mercado" tanto mais auxilia na compreensão de sua competência ideal de processador de uma gama restrita de tipos de informação.

**4- O mercado enquanto instituição.**

O mercado, entendido enquanto mecanismo de processamento de informações, recolhe tais informações (inputs) de forma descentralizada, através de indivíduos auto-interessados[3] (sejam consumidores, produtores, atravessadores ou empreendedores, entre outros), que disponibilizam essas informações nos mercados; tais informações serão processadas, e o output produzido será o preço. Assim sendo, vemos que não somente os tipos de informações que os mercados podem processar são muito limitados, senão que também os outputs produzidos pelo mercado não são outros que os preços. Sobre isso é possível comentar:

1) Quanto à formação de preços: tendo recebido informações acerca da postura das firmas que ofertam um bem ou serviço, sobre a oferta ou demanda de um bem, sobre eventuais intervenções

[3] Essa primeira parte da definição funciona bem quando pensamos em barbearias, mercadinhos e carrinhos de cachorro-quente, mas vai progressivamente deixando de fazer sentido quando aumentamos a escala de análises e pensamos em conglomerados de multiempresas transnacionais. Seja como for, ao menos para fins argumentativos, ela parece uma definição satisfatória.

governamentais num determinado segmento etc., o máximo que pode ser feito por um mercado é realizar um *ajuste no preço das mercadorias*. Tal medida pode ser eficiente para regular a demanda por sorvetes em tempos de calor ou para estimular a expansão da capacidade de produção de uma firma que produz camisetas da moda; entretanto, o mecanismo de formação e ajuste de preços é flagrantemente insuficiente para resolução de certos problemas sociais essenciais, entre os quais podemos tomar de exemplo a degradação do espaço urbano, a crise climática ou a adoção de "más práticas" por parte das firmas. A degradação dos espaços urbanos por quaisquer motivos, como violência e crime, poluição, gentrificação etc., pode ser respondida pelo mercado apenas com oscilações de preços de imóveis, sem, no entanto, fornecer soluções efetivas. O enfrentamento eficaz dos problemas só pode ocorrer mediante a intervenção de outras instituições (nos casos dos problemas citados, todos situados na modernidade, a solução deu-se mediante intervenção do Estado na segurança pública, legislação ambiental e planejamento urbano). O regime de mercado, como expresso acima, costuma demonstrar seus melhores resultados quando tratamos do gerenciamento de bens de cujo consumo pode se prescindir sem virar caso de vida ou morte; pode ser injusto ver que a criança A tenha muitos mais brinquedos do que a B, mas os brinquedos são escassos e o mecanismo de alocação através do dinheiro tipicamente provoca injustiças, mas supõe-se que B não morrerá por isso. No entanto, quando a questão se refere à alocação de bens e serviços de uso comum, dos quais a sociedade sempre necessita (a segurança, a saúde e o regime jurídico são bons exemplos), o mercado falha em atender tais aspirações.

2) Quanto ao gerenciamento de informações: o mercado é especialmente capaz de processar a informação acerca das necessidades imediatas dos consumidores e produzir outputs que rapidamente reajam a tais demandas. Um bom exemplo para corroborar tal observação talvez seja a variação no preço de víveres básicos em situações de desastre: quando ocorrem tragédias naturais como inundações, terremotos etc., a pronta resposta do mercado é o aumento dos preços desses bens. Surge assim algo como um racionamento descentralizado, aonde aqueles com maior capacidade financeira recebem prioridade, mas mesmo esses sofrem com a diminuição de seu poder de compra. As considerações morais relativas ao aumento de preços em eventos como esses são muitas e nada elogiosas, mas não se pode negar que, enquanto outros agentes (como o Estado, associações de voluntários, organizações de caridade etc.) podem padecer de certo grau de desorganização para dar uma resposta, o mercado prontamente reajusta os preços. É interessante notar, todavia, utilizando ainda o mesmo exemplo, que o mercado reajusta rapidamente os preços, mas não é capaz de resolver o problema; os preços tendem a permanecer altos por algum tempo até que a infraestrutura do território seja reestabelecida e então eles baixem aos níveis das localidades vizinhas não afetadas. Mas, para solucionar efetivamente o problema, é necessário que o processo de ajuda humanitária e

reconstrução seja conduzido por instituições capazes de *agregar grande número de pessoas e recursos* e *coordenar sua ação de forma ordeira* (como o Estado), algo que o mercado é incapaz de fazer.

**5- A natureza da informação**

Hayek (1945) considera a informação como um dado de tipo único que é produzido pela sociedade e que pode ser processado pelo mercado ou pelo planejamento central. A informação é para Hayek, como dito anteriormente, o conhecimento sobre *o que deve ser produzido*, *em qual quantidade* e *onde é requerido tal bem*; em outras palavras, podemos dizer que as informações nada mais são do que as demandas econômicas de cada indivíduo[4], que agregadas formam a "topografia" das demandas de uma determinada sociedade. Enquadrar demandas como beber vinhos sofisticados ou ler livros em edições de luxo na definição de informação de Hayek é bastante adequado, mas surge a questão do quão apropriada é tal definição para se referir a demandas mais complexas (coletivas e de longo prazo) como formar uma família, combater a transmissão de doenças contagiosas ou viver numa cidade bem urbanizada[5].

A definição de Hayek de informação abrange uma gama limitada de desejos, no entanto ela é perfeitamente adequada para os propósitos do seu artigo, quais sejam: I) demonstrar que descentralização não é uma alternativa absurda ou "irracionalista" frente ao planejamento centralizado; II) celebrar o mercado como a instituição capaz de melhor gerir recursos escassos e coordenar a vida social.

Reduzindo todas as eventuais demandas humanas à categoria de "informação" e estabelecendo a correspondência entre informação e demanda por bens materiais de consumo, a argumentação de Hayek é bem-sucedida, como evidenciado pelo grande impacto que seu artigo teve. Em nosso artigo, buscando analisar melhor suas ideias, consideramos que a definição de Hayek não se conforma bem no que diz respeito à maneira de processar informações relativas ao gerenciamento de "bens públicos" (defesa nacional, infraestrutura, serviços públicos etc.) ou aspirações sociais e de longo prazo.

Demandas como segurança jurídica para realizar transações, infraestrutura, oferta de crédito etc. podem ser mais ou menos atendidas pelo mercado. Essa capacidade, no entanto, mostra-se limitada

[4] Hayek não estabelece com precisão o momento em que as demandas dos indivíduos se tornam informações; talvez o autor julgasse esse um aspecto demasiado trivial e não digno de atenção. Poderíamos dizer que a demanda individual se torna informação a partir do momento em que é captada pelo empreendedor que por sua vez a realiza como ação concreta no mundo, mas não raro (e o próprio Hayek destaca isso) a ação do empreendedor é mera intuição, isso porque na maior parte das vezes a demanda individual não é manifesta expressamente, antes existe apenas como uma noção vaga na mente de cada indivíduo. Em nosso texto equalizamos informação e demanda social; nosso objetivo é tentar refinar o conceito de informação de Hayek; corremos o risco, porém, de incorrer na mesma imprecisão ou salto lógico cometido pelo austríaco ao não esclarecer a fronteira entre o que separa a informação do simples desejo individual.

[5] Podemos acrescentar que, ao nível do indivíduo, Hayek, ao igual que a Microeconomia tradicional, não faz uma separação entre desejos e necessidades. Para uma discussão ao respeito da diferença desses dois conceitos, veja-se Dugger & Peach (2009).

na medida em que a solução de tais problemas exigiria intervenção direta no espaço público por parte de um agente suficientemente capaz de mobilizar recursos, alguns dos quais, a priori, sequer poderiam ser acessados por firmas privadas[6]. Preservação do meio ambiente, estruturação e vida familiar e comunitária, defesa nacional, cultura e religiosidade, serviços públicos etc., são informações, isso é, demandas sociais recorrentes que, por exigirem coordenação de agentes e planejamento de longo prazo, não são bem interpretadas pelo mercado. Tipos de informações específicas, sejam aquelas mais relacionadas com contextos regionais ou nacionais, grupos maiores e genéricos ou menores e restritos, demandam soluções específicas que no mais das vezes podem ser atendidas "sob medida" por instituições específicas daquela sociedade[7].

Retornando à comparação entre instituições e processadores/computadores, é possível estabelecer a analogia entre os diversos tipos de informação e as diversas linguagens de programação ou softwares existentes. Nesta segunda etapa da analogia as instituições funcionariam como sistemas operacionais e os diferentes tipos de informação como diferentes linguagens de programação ou programas; um determinado sistema operacional pode ou não ser capaz de interpretar uma determinada linguagem ou ser compatível com algum software; é possível, ademais, mas não sem alguns contratempos, formular soluções semelhantes ou exportar soluções de uma linguagem para outra que seja capaz de ser interpretada por um sistema específico ou executar programas sob uma camada de compatibilidade que possibilite que rodem em sistemas operacionais inicialmente incompatíveis. Sistemas operacionais diferentes são desenvolvidos para atenderem diferentes necessidades e executarem diferentes programas; assim também, instituições podem ser mais ou menos eficientes na resolução de problemas, por isso faria pouco sentido deixar o financiamento à pesquisa de base nas mãos do mercado, a produção e distribuição de mercadorias para times de futebol e a celebração dos sacramentos e missas pelas forças armadas.

Um exemplo de informação, isso é, demanda social, de importância vital para vida social e que não parece se adequar bem à definição dada por Hayek é o desenvolvimento; o desenvolvimento,

---

[6] No limite, tais problemas poderiam ser resolvidos via mercado apenas através da completa privatização de espaços públicos, ao que, paradoxalmente, na medida em que isso tornaria absoluto o poder do dono e reduziria ao mínimo o poder dos demais habitantes deste espaço, isso terminaria por acabar com a própria instituição do mercado, que necessita de antemão de duas partes livres para que possa ocorrer.

[7] Aspecto interessante e que não foi possível abordar com profundidade no texto é o quanto as demandas sociais de uma sociedade são condicionadas pelas instituições daquela sociedade e vice-versa. Por exemplo: casamentos arranjados são demandados apenas em sociedades em que existem instituições aptas a costurar casamentos arranjados. O processo de evolução das instituições ao longo do tempo, mais ou menos como proposto por Veblen (2018), parece dar conta em alguma medida desse fenômeno. A língua, entendida enquanto instituição, ilustra bem este aspecto. As estruturas das frases são condicionadas pelas possibilidades da língua em que é proferida, no entanto, ainda que num primeiro momento a língua seja uma instituição insensível à ação individual, no médio e longo prazo o uso diversificado de novas frases termina por transformar o idioma; a instituição e o tipo de demanda social influenciam-se mutuamente. Esse é o processo que Geoffrey Hodgson (2003) denomina "Reconstitutive Downward Causation" (causação reconstitutiva descendente, em tradução livre).

como expresso por Amartya Sen (1999), se configura não apenas pelo aumento da riqueza ou PIB de um país ou de uma região, mas trata-se principalmente de uma melhora geral da qualidade de vida e aumento das possibilidades de escolha dos indivíduos; o fenômeno do desenvolvimento se dá pela ação de diferentes instituições coordenadas pelo Estado[8] e pode mesmo ser entendido como uma expressão da evolução das instituições de uma sociedade. A realização do desenvolvimento envolve não apenas um aumento da produtividade através da compra de bens de capital com linhas de crédito especiais, como também a inclui a formação de mão de obra para pesquisa, a transferência no mercado de trabalho de pessoas de atividades de baixa produtividade para alta, a implantação de políticas de educação, a construção e modernização de infraestrutura, o aumento da participação política através de reformas nas leis etc. A aspiração ao desenvolvimento pela melhora da qualidade de vida e pelo aumento das liberdades das pessoas é uma demanda simultaneamente individual e coletiva e que se expressa de forma diversa em cada uma dessas instâncias (através da busca de oportunidades no âmbito individual, através da organização social e política no âmbito coletivo). É este um tipo de informação para a qual o mercado não é capaz de entregar soluções, mesmo porque não é eficiente em processá-las.

Em suma, nesta seção do artigo, apresentamos a diferença qualitativa que pode haver entre os tipos de informações destacando como, para além da eficiência no processamento de informações, é necessário considerar que certas instituições não são capazes de processar muitas informações, algo que se verifica de forma clara no caso específico do mercado como instituição.

## 6- O Estado enquanto instituição

Fazendo uma analogia biológica, o Estado poderia ser comparado com o sistema nervoso central, responsável por formular respostas pensadas de longo prazo coordenando todas as partes do corpo. Sendo sua preocupação o coletivo e o longo prazo, podemos sugerir que ele é pouco eficiente na produção e distribuição de revistas em quadrinhos ou doces de padaria; parece sensato afirmar que a demanda social por tais bens é mais bem atendida quando processada de maneira descentralizada por agentes autônomos (através do mercado). Isso ocorre porque, para que sua ação possa ser útil, o Estado necessita coletar muita informação ao longo de extensos períodos, centralizar as informações obtidas, codificá-las de forma padronizada e compreensível, para só então ser capaz de formular soluções. O aspecto que desejamos destacar com a analogia entre o Estado e o SNC procura refletir

[8]- Essa é uma afirmação descritiva e não normativa, com ela não se pretende retornar à dicotomia entre Estado e mercado e tampouco atribuir somente ao Estado o papel de indutor do desenvolvimento. No entanto, é fato que o desenvolvimento, após o advento do Estado moderno, especialmente nas economias que são, ou que alguma vez foram, retardatárias, ele é um processo conduzido pelo Estado.

sobre os requisitos necessários para a ação eficiente do Estado; sendo muito específicas as competências desta instituição para o processamento de informação, consequentemente, a quantidade de tipos de informação com que ela é capaz de lidar acaba sendo muito limitado.

Nas sociedades contemporâneas, o Estado apresenta-se como a grande instituição à qual estão submetidas todas as demais. A ação do Estado é, como enfatizado no parágrafo anterior, lenta; ela só é eficiente quando realizada em larga escala. É possível entender o Estado como o mantenedor da ordem social (seja ela qual for), realizando a partir daí a coordenação das instituições seja através de uma associação direta (em que uma instituição se coloca diretamente sobre o controle do Estado), como no caso do sistema de justiça e os órgãos que o compõem, seja através do estabelecimento de regulações, como no caso dos mercados. O Estado é uma instituição e é afetado pela mesma dinâmica de mudança cumulativa que dita o desenvolvimento histórico de todas as instituições; seu diferencial é a capacidade de mobilizar e empregar violência, bem como os mecanismos necessários para referendar a violência através do direito.

Até o momento nosso artigo tem tratado sobre a diferença do tipo e capacidade do processamento das instituições, especialmente o Estado e o mercado; mais adiante pretendemos comentar brevemente sobre implicações éticas da ação dessas instituições.

**7- Exemplos do funcionamento das instituições**

Foram estabelecidos ao longo do artigo algumas noções fundamentais para construirmos nossa perspectiva. Pretendemos, nesta seção, fornecer um exemplo do funcionamento das instituições. Buscamos discutir como as diferentes instituições podem ser entendidas como processadores de informação, ou seja, queremos entender quais instituições são responsáveis por coletar/receber demandas sociais/informações (inputs), processá-las e produzir soluções (outputs).

Para lidar com isso, precisamos inicialmente destacar que o caráter das informações varia, ao que podemos situá-las ao longo de dois eixos que comportam gradações entre si. Um dos eixos é definido pelas perspectivas de realização, e contrasta as demandas de curto prazo e de longo prazo; o outro classifica as informações quanto aos seu caráter de serem coletivas ou individuais.

Esse argumento pode se melhor compreendido através da esquematização abaixo, através dos exemplos propostos na Tabela I abaixo, uma matriz 2x2.

| Tipo de demanda | Perspectiva de realização | | |
|---|---|---|---|
| | | **Longo prazo** | **Curto prazo** |
| | **Coletiva** | Viver em uma cidade bem urbanizada | Organizar um evento |
| | **Individual** | Formar uma Família | Beber refrigerante |

(Tabela mostrando os tipos de informação sem gradação)

Os exemplos apresentados na Tabela I são exemplos pontuais de cada uma das quatro categorias de informações ao longo dos dois eixos. A análise poderia ser melhor desenvolvida utilizando as duas dimensões para construir um gráfico. O Gráfico I abaixo considera as duas dimensões aqui propostas como dimensões contínuas. Neste caso, as duas dimensões têm um valor numérico numa escala de menos dez a mais dez. Evidentemente, os valores atribuídos são uma intepretação dos analistas e estão sujeitos a questionamentos; não queremos discutir nenhuma das coordenadas específicas das diversas atividades e desejos ali incluídos, só apresentamos o gráfico à guisa de ilustração.

Para interpretar as informações, atendendo tais demandas, as sociedades contam com diversas instituições, que lidam melhor com tipos específicos de informação; conste que as instituições podem processar diversos tipos de informação, mas entendemos que elas diferem entre si pela eficiência com que processam os diversos tipos de informações, assim como pela qualidade de suas soluções.

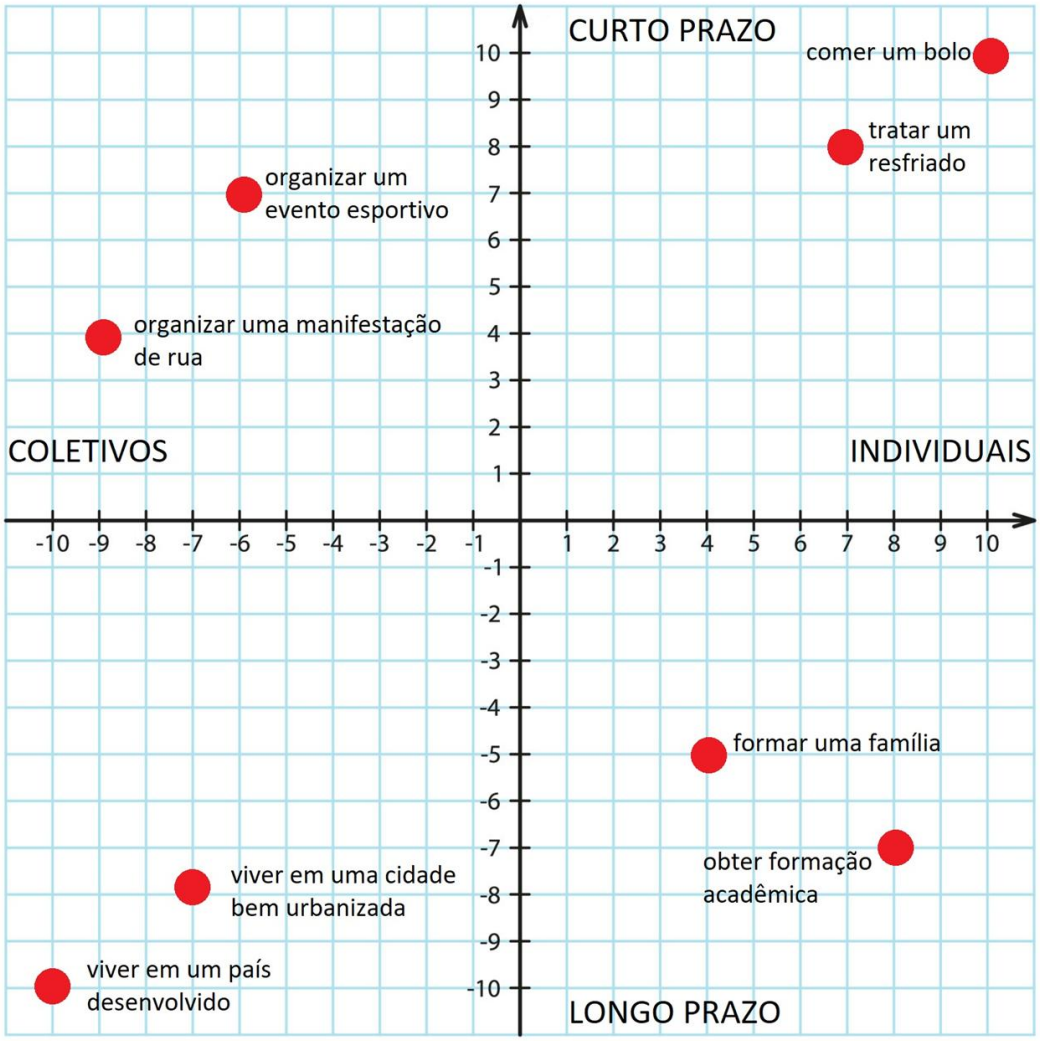



GRÁFICO I – TIPOS DE INFORMAÇÃO

Nossa perspectiva pode ser melhor compreendida através do gráfico I, no qual mostramos as dimensões relevantes no processamento de diversos tipos de informação, ilustrando com valores simbólicos de posicionamento de diferentes problemas que as instituições precisam atender. O eixo horizontal mostra o tipo de demanda, no qual diferenciamos um continuum que vai de problemas totalmente coletivos a outra que focaliza questões totalmente individuais. Por sua vez, o eixo vertical analisa qual é a o prazo para o qual a instituição deverá dar uma perspectiva de realização.

Um exemplo que pode ilustrar a existência e o surgimento de diferentes tipos de instituições para lidar com diferentes demandas (transformadas em informações) é o problema do cuidado com os idosos. Na Europa, no período posterior à Revolução Industrial, e antes do surgimento dos

esquemas modernos de previdência e de seguridade social, a responsabilidade pelo cuidado de pessoas idosas que não podiam se autossustentar recaía sobre as comunidades nas quais elas estavam inseridas, especialmente sobre os parentes mais próximos, e sobretudo nas mulheres de sua família. O desenvolvimento dos diferentes tipos de *wellfare state* na Europa então trataram de interferir na questão, como descreve Esping-Andersen (1991), por médio de diferentes alternativas. Uma delas pode ser denominada como abordagem "continental", a que fornece aos idosos e suas famílias condições para estes sustentarem altos padrões de vida mesmo na velhice; outra possibilidade seria a abordagem "nórdica", que retira da família e transfere para o Estado a responsabilidade pelo cuidado dos idosos; uma terceira alternativa seria a abordagem "anglo-saxã", concedendo subsídios de acordo com a renda das famílias para que essas busquem no mercado os serviços que necessitam. A informação/demanda social pelo cuidado de idosos não é competência exclusiva de uma única instituição; diferentes instituições cooperam e rivalizam para solucionar o problema. A família enquanto instituição parece ter progressivamente perdido importância nas sociedades ocidentais no que se refere aos cuidados; isso ocorreu na medida em que gradualmente se tornaram menores e foram sendo esvaziadas[9]. Com efeito, informações antes processadas quase exclusivamente pela família passaram a ser processadas e atendidas pelo Estado e pelo mercado (educação de crianças, cuidado de idosos etc.).

Cabe ressaltar ainda como o Estado, coordenador das instituições e mantenedor da ordem, pode através de políticas públicas alterar a configuração social fortalecendo ou enfraquecendo instituições conforme a perspectiva da coalizão de poder que esteja à frente do governo. Ao transferir responsabilidades da família para si próprio, tendo em mente os ganhos de eficiência e bem-estar envolvidos nessa operação, o Estado contribui, dependendo da interpretação, para tornar essa instituição obsoleta ou para aliviar sua carga. As diversas políticas tocadas pelo Estado podem contribuir direta ou indiretamente para esse processo, podemos apontar como programas como salário-mínimo, jornada de trabalho de 8 horas, licença maternidade e paternidade, habitação social etc. contribuem para o fortalecimento da família, ao passo que a transferência de funções anteriormente exclusivas da família (formação intelectual e profissional, cuidados infantis, cuidados de idosos etc.) têm potencial de contribuírem para o enfraquecimento da família.

Dessa forma, estando todas as instituições inseridas em contextos sociais, os agentes podem recorrer a várias delas para solucionarem suas demandas; poderíamos exemplificar com o caso de um

[9]- Não trataremos neste texto sobre o fenômeno do "esvaziamento" de instituições, apenas mencionaremos como tal processo pode ser descrito também em termos de "fluxos" de "territorialização e desterritorialização" (Deleuze e Guattari, 1972). Aliás, mesmo a obra marxiana parece guardar alguma intuição sobre a natureza desses eventos, como expresso por Marx e Engels no célebre trecho do Manifesto Comunista "Tudo o que é sólido se desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado e o homem é obrigado por fim a encarar com serenidade suas condições reais de vida e suas relações com seus semelhantes.".

idoso que, conforme suas necessidades, recorre à família, ao Estado ou ao mercado para diferentes questões e de forma simultânea (por exemplo, o Estado para suporte previdenciário, o mercado para questões de cuidados médicos e a família para suporte emocional).

Em resumo, o ponto desta seção é o de apresentar brevemente a demanda social pelo cuidado de idosos e uma perspectiva histórica sobre esse problema para exemplificar como o processamento de informação e produção de soluções para uma determinada informação pode ser realizado por instituições diferentes, que produzem respostas diversas, que variam entre si no grau de eficiência. Entendemos que frequentemente há cooperação e competição entre essas instituições; isso ao passo que, dado a evolução do processo histórico, as diferentes instituições também se alteram, podendo se tornar mais ou menos adequadas para o processamento de determinados tipos de informação, ganhando ou perdendo importância.

**8- Localizando o argumento do texto**

Como mencionado anteriormente, acreditamos que as ideias expressas em nossa argumentação não somente são compatíveis, como também ganham sustentação quando se somam ao ferramental teórico do institucionalismo original. Localizamos sinergias com algumas explicações de Walter Neale (2018), e principalmente de John Commons (2018), às quais recorreremos para sugerir a existência de uma possível relação com os conceitos até agora desenvolvidos.

Commons tomou como ponto de partida para sua obra seus conhecimentos de direito, daí que para o autor as instituições, à semelhança da justiça, se manifestem apenas quando "provocadas" e assumam na sociedade o papel de "*problem solvers*"; consideramos que essa visão está muito próxima ao argumento base desenvolvido em nosso texto. Commons compreende que as instituições atuam como soluções para problemas oriundos da própria vivência em sociedade. Nesse sentido, de forma análoga à legislação que age somente quando solicitada por uma das partes de um contencioso, as instituições sociais se põem a funcionar apenas quando da existência de uma demanda social/informação a ser processada.

Ao definir instituições como *organizações coletivas que atuam para expansão, liberação e controle da ação dos agentes*, Commons visualiza a existência de uma vontade manifesta pelo homem que se expressa socialmente através das instituições, daí que as instituições difiram umas das outras e que sejam manifestações de tipos de *vontade*, ou de conflitos oriundos da manifestação de tipos de vontade diferentes. Pensamos que a definição de informação/demanda social como apresentamos no texto possa melhor caracterizar a "volição" ou "vontade" como ela aparece na obra de Commons, e que nossa compreensão das instituições como grandes processadores de informação represente uma

construção a partir da ideia básica de Commons de compreender as instituições como "*problem solvers*".

Tratando ainda de contribuições de autores institucionalistas, pensamos que, enquanto Commons explica bem a função das instituições, Walter Neale (2018) fornece uma definição bastante clara e capaz de abranger boa parte daquilo que consideramos instituições. Neale estabelece os seguintes parâmetros para identificação de uma instituição: I) A presença de um conjunto de regras de comportamento seguidas por várias pessoas; II) A manutenção dessas regras ao longo do tempo (podendo virar tradições); III) Um senso comum que norteia a ação dos membros da instituição, que permite interpretar o que eles estão fazendo. Tais elementos constituem uma definição dinâmica que, acrescida da explicação de Commons sobre a função das instituições, nos parece capaz de esclarecer exatamente sobre qual categoria de objetos nossa pesquisa se debruça.

É válido chamar a atenção também para o fato de que tanto no argumento que desenvolvemos neste texto como também em ideias de outros autores associados ao institucionalismo original, é prevista a inadequação de certas instituições para lidarem com alguns problemas ou informações (vistas como demandas sociais). O propósito para o qual foi desenvolvida uma instituição, bem com a lógica sob a qual ela opera (ainda que possa haver mudanças com o decorrer do tempo), limitam o escopo de atuação de uma instituição. Daí que, como expresso por Neil Browne (2002) em um artigo em que trata sobre a diferença entre a lógica de ação dos agentes em relações de mercado e em relações de amizade, as respectivas lógicas das instituições "mercado" e "amizade" diferem radicalmente entre si, sendo aquela baseada na busca pelo ganho individual independente do interesse coletivo, e esta última organizada pela busca do interesse coletivo como a satisfação última do próprio interesse individual; é a diferença fundamental entre as lógicas dessas duas instituições que impede que encontremos amigos à venda nas prateleiras dos supermercados, ou que amizades entre pessoas envolvidas numa sociedade empresarial estejam condenadas à ruína.

**9- Considerações sobre o voluntário e o compulsório**

Até o momento temos discutido a natureza "prática" das instituições, sobre seu "desempenho" na resolução de problemas e como tal performance varia entre as diferentes instituições. No entanto, ainda não discutimos uma questão presente na obra de Friedman e que, de fato, encontra-se, ainda que de maneira difusa, em toda a visão de mundo liberal: trata-se da alegada superioridade moral das relações de mercado. Esse é um aspecto relevante (muito mais para o debate público do que para a discussão acadêmica) que comentaremos brevemente nesta seção.

Friedman em sua obra faz questão de empregar expressões como "troca voluntária" e outras semelhantes para descrever as relações de mercado; de fato, a ideia de que relações de mercado

possam ser entendidas em sua essência como “trocas voluntárias” está presente em toda a literatura liberal. Segue-se daí que, segundo o paradigma liberal, toda troca realizada mediante coerção não pode ser uma troca de mercado. Se aceitássemos tais premissas, poderíamos admitir que as relações de mercado guardam consigo algum tipo de superioridade intrínseca em relação às demais relações sociais, dado que aquelas são sempre voluntárias, ao passo que as demais podem ou não ser coercitivas. Assim sendo, seríamos levados a concluir que um processo de substituição de relações sociais diversas por relações de mercado seria algo desejável, na medida em que tal substituição, de acordo com o princípio apresentado, representaria, no limite, a substituição de relações nem sempre voluntárias por relações necessariamente (ou ontologicamente) voluntárias; tal postura pode inclusive ser identificada como a ideologia de associações como a Mont Pelerin Society, e está presente de forma tácita nas várias matizes do discurso neoliberal.

Assim sendo, subsiste a questão: não deveríamos substituir todas as relações sociais por relações de mercado? Isso é, levando o raciocínio liberal às suas últimas consequências, por que não poderíamos substituir todas as instituições sociais pelo mercado ou porque todas as instituições sociais não deveriam adotar a dinâmica do mercado? Em outras palavras, por que não deveríamos substituir relações coercitivas ou eventualmente coercitivas por relações necessariamente voluntárias? Tomadas como verdadeiras as premissas liberais, torna-se imperativo defender a superioridade de decisões voluntárias sobre decisões tomadas sob coação, isso porque decisões voluntárias (relações de mercado) seriam sempre representações da vontade dos indivíduos, ao passo que decisões tomadas sob coação representam justamente a supressão da vontade dos indivíduos.

Opondo-se a essa visão, faz-se necessário assinalar que nem todas as relações fora do mercado são compulsórias. Com efeito, em conformidade com o que argumentamos ao longo do texto, o mercado lida muito mal com o tipo de informações representado pelas demandas coletivas de longo prazo. Ainda assim, a questão persiste, e pretendemos respondê-la subdividida em dois itens: 1) A natureza não necessariamente coercitivo de aspirações aparentemente coercitivas; 2) O falso caráter voluntário das trocas de mercado em sociedades em que existe propriedade privada

Quanto à primeira, seguindo as premissas liberais seria imperioso não nos limitarmos somente a preferir soluções voluntárias, mas também devemos desprezar soluções coercitivas; questões que já anunciamos como incapazes ou difíceis demais de serem processadas pelo mercado, como desenvolvimento nacional ou planejamento urbano, deveriam ser então abandonadas ou reformuladas. Ocorre que tais demandas sociais, que hoje estão a cargo do Estado, não são necessariamente coercitivas e tampouco precisam ser desempenhadas pelo Estado. A evolução do Estado moderno na Europa a partir do século XVIII pode ser entendida como a história de como o Estado foi gradativamente esvaziando diversas instituições da sociedade e tomando suas funções. Tal

processo pode ser claramente exemplificado ao observarmos a história do avanço da liberdade religiosa, laicidade e profissionalização da burocracia do Velho Continente; aos poucos, as funções antes reservadas à igreja passaram a ser responsabilidades do Estado (casamentos, batismos, registro de óbitos etc.). Tal processo ocorreu de forma mais brusca ou mais lenta a depender de cada país, sendo a diminuição da relevância das instituições religiosas tradicionais o aspecto comum a todos os casos. Assim também podemos pensar como as diversas funções hoje desempenhadas pelo Estado eram, num passado não tão distante, exercidas por outras instituições e que, no caso de funções criadas já dentro do contexto do Estado moderno, é possível, no mais das vezes, pensar instituições capazes de realizá-las de maneira não coercitiva.

Por sua vez, nem sempre soluções voluntárias são mais eficientes do que as coercitivas. O ponto de nossa argumentação concentra-se muito mais em demonstrar que alternativas não coercitivas são possíveis, acrescentando que aspirações coletivas de longo prazo, mesmo as mais complexas como segurança pública e defesa nacional, podem ser pensadas, ou reformuladas, através de paradigmas voluntários.

Referências interessantes para pensar instituições capazes de fornecer soluções coletivas e de longo prazo mas de caráter não coercitivo são pensadores como Pierre Clastres (com sua obra "A sociedade contra o Estado", de 1974), Elinor Ostrom (em seu livro "Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action", de 1990) e Piotr Kropotkin (tanto a partir de uma abordagem histórica com sua pesquisa acerca da vida nas cidades medievais como apresentada em "Ajuda Mútua", de 1904, como em suas reflexões no livro "A conquista do pão", escrito em 1890); ademais, entre autores de ficção no século XX tal questão foi abordada em obras como "A peste" de Albert Camus e "Os despossuídos" de Ursula Le Guin.

Quanto à segunda, não somente Friedman, mas também a maior parte dos autores liberais é possível observar a tentativa de estabelecer uma equivalência entre "mercado" e "propriedade privada"; tal equivalência é falsa tanto do ponto de vista argumentativo quanto do ponto de vista histórico. Do ponto de vista argumentativo, ela é falsa pois, numa definição totalmente ideal do mercado, nele ocorrem somente trocas voluntárias entre agentes autônomos; tal definição refere-se à posse ou propriedade pessoal de bens individuais, mas não requer que a existência de propriedade privada deva se estender aos meios de produção. Isso permite inclusive que existam proponentes de um "socialismo de mercado", que quebram essa apresentação de mercado e propriedade privada dos meios de produção como as duas caras da mesma moeda.

Essa afirmação também é falsa do ponto de vista histórico, pois em experiências libertárias (e em certa mediada na experiência de socialismo real na Iugoslávia) ao longo dos séculos XX e XXI foram implementadas economias baseadas na posse/propriedade cooperativa em que não havia

planejamento central; tais foram os casos da Espanha republicana durante a guerra civil e o do Território Livre da Ucrânia sob comando makhnovista, e mais recentemente os casos de Rojava e Chiapas.

Tendo feita a distinção entre "propriedade privada" e "mercado" cabe ainda assinalar que entendemos a propriedade privada como uma relação de natureza coercitiva. Afirmamos isso baseados em que: a) a propriedade privada é um status jurídico que necessita ser reconhecido pelo Estado; dessa forma, se reconhecemos o caráter necessariamente coercitivo do Estado somos forçados à reconhecer também a natureza coercitiva das formas jurídicas que necessitam do Estado para existir; b) a propriedade privada foi construída historicamente; logo, considerando a existência natureza do processo de acumulação primitiva, a forma como a propriedade existe hoje em todas as sociedades que a suportam, ela está associada aos processos de colonização e escravismo, sendo portanto necessariamente coercitiva.

**10- Conclusões**

O artigo, adotando as premissas postuladas por Hayek sobre o papel da informação e seu impacto na organização social, buscou expandir e analisar os argumentos apresentados pelo austríaco. No texto argumentamos que, para além da dicotomia estabelecida por Hayek entre Estado e mercado, existem ainda diversas instituições capazes de processar informação, e que não somente as diferentes instituições variam em sua eficiência de processamento de informação, como também que há diferenças qualitativas entre as informações.

Ao longo do artigo, orientados pela proposição inicial, buscamos explicar de onde surge o constrangimento presente em Singer e em Friedman ao admitirem que suas respectivas "instituições favoritas" não bastam para encerrar toda a vida econômica de uma sociedade. A resposta é justamente o quanto tais instituições possuem maior ou menor facilidade para processar certos tipos de informação. Singer presenciou a derrocada do socialismo real e travou contato com a obra de Janos Kornai, que relatou as falhas da economia húngara (e portanto do chamado "socialismo real") durante o período da República Popular, que podia ser caracterizado como uma economia de escassez. Singer então escreve em "Economia socialista" suas expectativas e incertezas quanto à necessidade da existência de uma economia socialista baseada em cooperativas aonde existam mecanismos de mercado para orientar a produção, no entanto sendo preservadas as prerrogativas de humanismo e solidariedade contra fenômenos como a carestia e a desigualdade; assim, mesmo sem teorizar sobre o tema, Singer termina por identificar intuitivamente a inadequação do Estado (ou, no caso de um socialismo baseado em cooperativas, talvez de uma federação ou sindicato central) no processamento de determinados tipos de informação. Isso vale também para Friedman, que exalta a capacidade do

mercado de gerenciar bens de consumo, mas admite a necessidade do Estado para gestão dos bens comuns e interesses comunitários, assim indicando, ainda que tacitamente, o entendimento de que as duas instituições possuem competências diversas para gerenciar tipos diferentes de informação.

**Referências bibliográficas.**

BROWNE, M. Neil (2002). "If markets are so wonderful, why can´t I find friends at the store?". *American Journal of Economics and Sociology*, 61 (4): 787-800.

CLASTRES, Pierre (2003) [1974]. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política.* São Paulo: Cosac & Naify.

COASE, Ronald H. (1937). "The Nature of the Firm". *Economica*, 4 (16): 386-405.

COMMONS, John R. (2018) [1936]. "Economia Institucional". In: Salles, A.; Pessali, H.; Fernandez, R. (orgs), *Economia Institucional: Fundamentos Teóricos e Históricos.* São Paulo: Ed. Unesp, p. 67-80.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (2010) [1972). *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34.

DUGGER, William; PEACH, James (2009). *Economic Abundance: an Introduction*. Armonk (NY) & London: M.E.Sharpe.

ESPING-ANDERSEN, Gosta (1991). "As três economias políticas do Welfare-State". *Lua Nova*, 24 (3): 85-116.

FRIEDMAN, Milton (1977) [1962]. *Capitalismo e Liberdade*. Rio de Janeiro: Artenova.

FRIEDMAN, Milton.; FRIEDMAN, Rose (1980). *Free to Choose*. Houghton, Mifflin, Harcourt Publishing Company.

HAYEK, Friedrich (1945). "The Use of Knowledge in Society". *American Economic Review*, 35, 519-530.

HODGSON, Geoffrey (2003). "Reconstitutive Downwards Causation: Social structure and the development of individual agency". In Edward FULLBROOK (ed.), *Intersubjectivity in Economics*. London & New York: Routledge, p.159-180.

KORNAI, Janos (1992). *The Socialist System: The Political Economy of Communism.* Princeton: Princeton University Press.

KROPOTKIN, Piotr (2009) [1902]. *Ajuda Mútua: Um Fator de Evolução*. São Sebastião: A Senhora Editora.

KROPOTKIN, Piotr (2011) [1892]. *A Conquista do Pão*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011 [1892]

NEALE, Walter C. (2018) [1987]. "Instituições". In: Salles, A.; Pessali, H.; Fernandez, R. (orgs), *Economia Institucional: Fundamentos Teóricos e Históricos.* São Paulo: Ed. Unesp, p.83-120.

OECD (2024). *Society at a Glance 2024*. [s.l.]: Organization for Economic Cooperation and Development.

OSTROM, Elinor (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action.* Cambridge: Cambridge University Press.

POLANYI, Karl (2001) [1944]. *The Great Transformation: the political and economic origins of our time.* Boston: Beacon Press.

SEN, Amartya (1999). *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press.

SINGER, Paul. I (2000). "Economia Socialista". In: `Paul Singer & João Machado(org), *Economia Socialista*. São Paulo: Perseu Abramo, p. 11-50.

VEBLEN, Thorstein (2018) [1898]. "Por que a Economia não é uma ciência evolucionária". In: Salles, A.; Pessali, H.; Fernandez, R. (orgs), *Economia Institucional: Fundamentos Teóricos e Históricos.* São Paulo: Ed. Unesp, p. 31-52